



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE CONTRATO DE Nº 028/2020 - SEJUSC

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS, celebrado entre o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC** e a empresa **HL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, na forma abaixo:

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro de 2020, nesta cidade de Manaus, na sede da SEJUSC, presentes o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC**, situada na Rua Bento Maciel, nº 02, Conjunto Celestramazon, Adrianópolis, CEP: 69.057-350, em Manaus, criada pela Lei nº 4.163 de 09 de março de 2015, conforme Diário Oficial do Estado do Amazonas, de segunda-feira, dia 09 de março de 2015, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário Titular, o Sr. **WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, Rua Waldemar Jardins Maués, nº 697, Condomínio Vila Gaia, Bairro Colônia Japonesa, CEP: 69.098-455, portador da C.I. nº 1480575-8 – SSP/AM, e do CPF nº 708.632.962-20 e a empresa **HL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, adiante designado simplesmente **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade de Manaus, na Rua Rio Tarauaca, nº 5, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 69053-580, neste ato representada por sua Representante legal **ODETE BARBOSA DE ALMEIDA**, brasileira, portadora do RG nº 0415918-7 SSP/AM, e CPF nº 342.952.832-15, residente e domiciliada nesta cidade de Manaus, na Rua Tv. Areado, nº 00458 FD, Cj. Manoa, Bairro Cidade Nova, em consequência do resultado do Pregão nº 017/2019-SRP/CMM que deu origem à Ata de Registro de Preços nº 002/2020 –CMM, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 5503/2020 – SEJUSC, doravante referido por **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS**, conforme minuta aprovada pela PGE no processo nº 2573/2005-PGE, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 28 de junho de 1994, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO – O presente Contrato tem por objeto a aquisição de mobiliários diversos, para atender as necessidades desta SEJUSC, **consoante** especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta de fls. 72/74, todos constantes do **PROCESSO**, os quais se encontram rubricados pelas partes e passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos.

Rua Bento Maciel, 02
Cj. Celestramazon - Adrianópolis.
Telefone: (92) 3632-0654.
Manaus-AM – CEP 69057-300

Secretaria de
**Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania**

HL
Odete



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CLÁUSULA SEGUNDA: DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA DO BEM – O bem objeto do presente Contrato será entregue no Município de Manaus, na Sede da Contratante, sito a Rua Bento Maciel, nº 02, Conjunto Celetamazon, Adrianópolis, CEP: 69.057-350, pela manhã no, horário de 8:00 às 11:00, ou pelo turno da tarde, no horário de 13:30 às 16h, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho e mediante solicitação da CONTRATANTE, conforme edital e anexos da Ata de Registro de Preços nº 002/2020 - CMM.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA – A CONTRATADA garante a qualidade do bem a ser entregue, comprometendo-se a corrigir qualquer defeito que se verifique no prazo máximo de 07 (sete) dias da data da entrega dos mesmos, reconhecendo, ainda, que caso o objeto do presente Contrato venha a ser entregue com eventuais defeitos de confecção ou fabricação, ou que ainda apresentem adulteração de qualidade ou que sofrer eventual alteração de suas características, dentro de seu prazo de validade, serão substituídos, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR – O valor total do presente Contrato é de R\$ 261.450,00 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO – As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 14.422.3247.1517.0011, Natureza da Despesa: 449052, Fonte: 100, tendo sido emitida pelo CONTRATANTE, em 11/12/2020 a Nota de Empenho nº 2020NE00659, no valor de R\$ 261.450,00 (duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEXTA: DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento à CONTRATADA será efetuado por meio da Nota de Empenho em conta Bancária da CONTRATADA, de acordo com o cronograma de pagamento da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O pagamento pelos serviços prestados somente será liberado, pelo CONTRATANTE, após consulta prévia e constatação da validade da documentação fiscal e trabalhista obrigatória da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZO DO CONTRATO - O prazo de vigência deste Contrato será de **02 (dois) meses** a contar da assinatura do contrato, conforme o prazo de entrega estipulado no Projeto Básico.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONTRATANTE é obrigado a rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

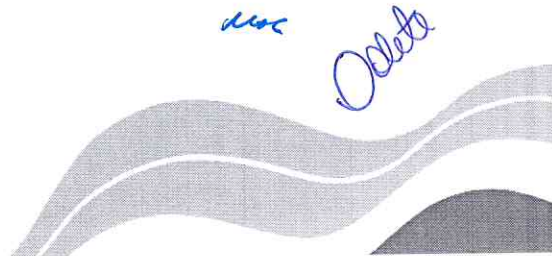
CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - A Contratante responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Contratante:

I – Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

Parágrafo Primeiro: Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da execução do objeto contratual.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO - O presente contrato poderá ser rescindido:

I – ADMINISTRATIVAMENTE, PELO CONTRATANTE:

1. Pelo não cumprimento por parte do CONTRATADO de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
2. Em razão do cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
3. Pelo atraso injustificado do pagamento dos servidores;
4. Pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
5. Pelo cometimento reiterado de atraso no pagamento dos servidores;
6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
8. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
9. Incidir o CONTRATADO em qualquer outra falta enquadrável nas prescrições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA -

Os débitos da Contratada para com o Contratante, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO - A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria-Geral do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO - Obriga-se o CONTRATADO, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente contrato, e elege seu domicílio contratual, o da Cidade de Manaus, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, 11 de dezembro de 2020.

WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU

Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
Contratante

H.L SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA- EPP.

Contratada

Testemunhas:

NOME: Fernanda Cruz Fernandes

CPF: 026.297.032.58

RG: 33709807 – SSP/AM

ASS:

NOME: Mayana Vieira Amorim

CPF: 979.070.812 -20

OAB/AM: 13.474

ASS:

